



ANAIS



III CEPIAL

CONGRESSO DE CULTURA
E EDUCAÇÃO PARA A INTEGRAÇÃO
DA AMÉRICA LATINA

Semeando Novos Rumos

www.cepial.org.br
15 a 20 de julho de 2012
Curitiba - Brasil



ANAIS



III CEPIAL

CONGRESSO DE CULTURA
E EDUCAÇÃO PARA A INTEGRAÇÃO
DA AMÉRICA LATINA

Semeando Novos Rumos

Eixos Temáticos:

1. INTEGRAÇÃO DAS SOCIEDADES NA AMÉRICA LATINA
2. EDUCAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO LATINO-AMERICANO:
SUAS MÚLTIPLAS FACES
3. PARTICIPAÇÃO: DIREITOS HUMANOS, POLÍTICA E CIDADANIA
4. CULTURA E IDENTIDADE NA AMÉRICA LATINA
5. MEIO-AMBIENTE: QUALIDADE, CONDIÇÕES E SITUAÇÕES DE VIDA
6. CIÊNCIA E TECNOLOGIA: PRODUÇÃO, DIFUSÃO E APROPRIAÇÃO
7. POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O DESENVOLVIMENTO SOCIAL
8. MIGRAÇÕES NO CONTEXTO ATUAL: DA AUSÊNCIA DE POLÍTICAS
ÀS REAIS NECESSIDADES DOS MIGRANTES
9. MÍDIA, NOVAS TECNOLOGIAS E COMUNICAÇÃO

www.cepial.org.br
15 a 20 de julho 2012
Curitiba - Brasil

ANAIS



III CEPIAL

CONGRESSO DE CULTURA
E EDUCAÇÃO PARA INTEGRAÇÃO
DA AMÉRICA LATINA

Semeando Novos Rumos

Eixo 7

**“POLÍTICAS PÚBLICAS PARA
O DESENVOLVIMENTO SOCIAL”**

www.cepial.org.br
15 a 20 de julho de 2012
Curitiba - Brasil

Eixo 7. POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O DESENVOLVIMENTO SOCIAL

MR7.1.- Políticas de Saúde, Meio Ambiente e Educação: Desafios latino- americanos

EMENTA

A mesa apresenta as relações intrínsecas entre saúde, meio ambiente e educação, fortalecendo uma visão interdisciplinar na qual a educação, como determinante cultural da sociedade, configura-se como eixo principal nas condições ambientais e de saúde pública dos países. Em segundo lugar a mesa se propõe a analisar a importância da política pública e seus desafios, considerando a necessária transição de uma política centralista para uma descentralizada; e de uma visão setorial para uma inter ou intrassetorial. Por último a mesa se propõe a analisar criticamente os desafios socioambientais da região e as políticas públicas de educação, saúde e meio ambiente elaboradas para responder a aqueles desafios, a partir de uma visão bidimensional, marcando as diferenças entre o discurso da política pública e a ação concreta, que nos assola. Propõe ainda apresentar um caso de política pública local, nacional e regional.

Coordenador: Arlindo Philippi Junior: Universidade de São Paulo - (USP – BRASIL)
Álvaro Cardona Saldarriaga: Universidad de Antioquia - (COLÔMBIA)
Lisardo Osório Quintero: Universidad de Antioquia - (COLÔMBIA)
Ipojucan Calixto: Universidade Positivo (UP - BRASIL)
Daniel Luzzi: Universidade de São Paulo - (USP – BRASIL)
Octávio Elísio Alves de Brito: presidente do Unesco-HidroEX - (UNESCO – BRASIL)

RESUMOS APROVADOS

POLÍTICAS PÚBLICAS E CRÉDITOS DE CARBONO NO BRASIL: UM OLHAR DA ANÁLISE ECONÔMICA DO DIREITO AO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (autor(es/as): **Antonio Lorenzoni Neto**).

DIAGNÓSTICO SOCIOAMBIENTAL: UMA ESTRATEGIA DE PARTICIPAÇÃO COMUNITÁRIA NO FOMENTO A CONSTRUÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS (auto(es/as): **Fernanda Fonseca da Fonseca**).

SERVIÇO SOCIAL, CULTURA E EDUCAÇÃO: BASES PARA UMA NOVA CONSTRUÇÃO TEÓRICO-METODOLÓGICA DA PROFISSÃO NO SÉCULO XXI (autor(es/as): **Gleidson Alves Pantoja**).

UMA CONTRIBUIÇÃO DO CURSO DE PEDAGOGIA PARA A ERRADICAÇÃO DO ANALFABETISMO (autor(es/as): **Maria Onide Ballan Sardinha**).

GRANDES USINAS HIDRELÉTRICAS NA AMÉRICA LATINA: O ACESSO À ENERGIA ELÉTRICA COMO INSTRUMENTO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E ECONÔMICO (autor(es/as): **Markus Gustav Fendel**).

GOVERNAÇÃO TERRITORIAL NA FRONTEIRA MERCOSUL: SAÚDE E MEIO AMBIENTE EM DEBATE (autor(es/as): **Maurício Pinto da Silva**).

FORMAS DE EXCLUSÃO SOCIAL EN LA COMUNA DE OSORNO: APROXIMACIONES INTERDISCIPLINARIAS (autor(es/as): **Víctor Hugo Venegas Giacomozzi**).

MR7.2. Ministério Público e Políticas Sociais

Coordenador: Saint-Clair Honorato Santos - Procurador Público do Paraná – (BRASIL)
Gustavo Javier Gimena: Procurador Geral da Câmara de Apelação da Província de Tucuman - (ARGENTINA)
Enrique A. Viana Ferreira: Procurador - (URUGUAY)
Nícia Regina Sampaio: Promotora Pública do Espírito Santo – (BRASIL)
Margaret Matos de Carvalho: Promotora Pública do Paraná – (BRASIL)

MR7.4. Soberania alimentar, economia solidária e sustentabilidade: o papel da universidade

EMENTA

Esta mesa propõe o debate sobre o papel da universidade frente aos condicionantes sociais e econômicas que influenciam a cultura, a Soberania, a Segurança Alimentar e Nutricional (SSAN) e, por conseguinte, a sustentabilidade dos povos latino-americanos. O fortalecimento das ações em prol de movimentos como: economia solidária, agroecologia, projetos e práticas socioambientais serão pautados de forma a subsidiar e aprofundar o debate. Nesse sentido, serão enfatizadas as experiências que apontem para estratégias e modelos alternativos de convivência e preservação (natureza e cultura) que priorizem o manejo sustentável, o uso e a difusão de tecnologias capazes de fortalecer as unidades políticas e as ações, como um movimento de transformação da sociedade protagonizado por aqueles e aquelas que lutam por uma sociedade mais justa e equitativa no campo e na cidade do continente latino-americano.

Coordenadora: Islândia Bezerra – Universidade Federal do Paraná - (UFPR - BRASIL)
Gracialino Dias: Universidade Federal do Paraná - (UFPR - BRASIL)
Carlos Alberto Cioce Sampaio: Universidade Federal do Paraná - (UFPR - BRASIL)
Julián Perez: Universidade Federal da Fronteira Sul e Rede Ecovida – (UFFS - BRASIL)
Valter Bianchini: Representante da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação no Paraná - (FAO - BRASIL)

RESUMOS APROVADOS

DIREITO HUMANO À ALIMENTAÇÃO ADEQUADA (DHAA) E POLÍTICAS PÚBLICAS NO AMBIENTE ESCOLAR: UM RETRATO DA EXECUÇÃO DO PNAE NO TERRITÓRIO CENTRO SUL DO PARANÁ (autor(es/as): **Andreia Perussolo Dos Santos**).

MUDANÇA DO HÁBITO ALIMENTAR EM CRIANÇAS SUBMETIDAS A TRATAMENTO QUIMIOTERÁPICO E/OU RADIOTERÁPICO NO HOSPITAL DO CÂNCER DE LONDRINA/PR. (autor(es/as): **Diana Souza Santos Vaz**).

ECONOMIA SOLIDÁRIA EM DOURADOS/MS: UM CONCEITO MULTIVOCAL (autor(es/as): **Magda Luiza Mascarello**).

ARTESANATO UMA ALTERNATIVA DE INCLUSÃO PELO TRABALHO: A EXPERIÊNCIA DA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA NO LITORAL DO PARANÁ (autor(es/as): **Mayra Taiza Sulzbach**).

FORMAS ALTERNATIVAS DE PRODUÇÃO E CONSUMO DE ALIMENTOS: RESGATE DA RELAÇÃO SOCIEDADE-AMBIENTE ATRAVÉS DA AGROFLORESTA (autor(es/as): **Regiane Fonini**).

PRÁTICAS ALIMENTARES, IDENTIDADE CULTURAL E SOCIABILIDADE: A COMIDA NO CONTEXTO DAS FESTAS COMUNITÁRIAS (autor(es/as): **Carla Pires Vieira Da Rocha**).



ECONOMIA SOLIDÁRIA: REDE DE COOPERAÇÃO PARA O TRABALHO E INOVAÇÃO

Margarete Panerai Araujoⁱ

A Economia Solidária se identifica com um potencial para resolução dos problemas gerados na sociedade capitalista, pois é uma alternativa ao trabalho e renda e, na atual economia gera uma força transformadora em rede de cooperação. Este artigo objetiva contextualizar e abordar experiências inovativas do trabalho, junto ao um empreendimento vinculado ao departamento de Saúde Mental, que desenvolveu novos saberes, representando o fruto de um novo interesse, de uma renovação e sentido do ato laborativo. Metodologicamente desenvolveu-se uma pesquisa do tipo descritiva com análises quantitativas e qualitativas. Os resultados garantem ferramentas estratégicas de reflexão sobre os processos transformadores que representam soluções para a inclusão social.

Palavras-chave: inovação; oficina de geração de renda, trabalho, inclusão social.

INTRODUÇÃO

Do cenário organizacional do século XX, estruturado e funcional e de especialização de tarefas, o trabalho disputa atualmente com um modelo administrativo competitivo, mais flexível e de modificações, tanto na sua organização, quanto no sentido que os trabalhadores lhe atribuem. A consolidação do capitalismo modificou o ato laboral, explorou, criou legislação, benefícios para os trabalhadores, porém, também parcelou, fragmentou, precarizou e otimizou o processo produtivo, flexibilizando. Nas novas formas de prestações de serviços, de trabalhos terceirizados, surgiram as tarefas desregulamentadas, reduzindo, cada vez mais os trabalhos estáveis e formais. Assim, o trabalhador procura adaptar-se às novas possibilidades de mercado, busca atualização, aperfeiçoamento e evolução ao longo do tempo, mas também busca parcerias, como opção estratégica ao capitalismo selvagem. A Economia Solidária, hoje resgata valores esquecidos, que fazem parte da cultura do trabalho, como a solidariedade, autogestão, autonomia, e o sentido real do trabalho em si, além dos processos de inovação.

A relação entre o passado e o presente, segundo Araujo; Taegtow (2008) remete ao entendimento do sentido, e das experiências de trabalho. No auge de um mundo globalizado com muitas inovações sociais e terapêuticas, notam-se fatores imprescindíveis à atualidade, como a solidariedade, a incubação, a produção coletiva, que ainda, devem edificar e marcar época por sua determinação. O antigo cenário do século passado ganhou novas facetas. Assim, o objetivo geral desse artigo é descrever o estudo



de caso desenvolvido entre o poder público - Oficina de Geração de Renda, que faz parte do Departamento de Saúde Mental – DSM, e a Universidade Feevale que desenvolve o projeto de Economia Solidária no âmbito do Programa Nacional de Incubadoras de Cooperativas Populares – PRONINC financiado pela Financiadora de Estudos e Projetos - FINEP, relacionando o trabalho e a inovação.

O artigo metodologicamente está baseado na teoria da complexidade, que procura captar ou se aproximar da realidade, nutre-se do fenômeno e reconstrói uma dimensão não linear. Segundo Demo (2002, p.137) “cabe analisar a evolução histórica do conhecimento como uma arma central de mudança, ainda que, sempre monitorado pelo poder e não pelo bem comum”. O pensamento complexo é responsável pela ampliação do saber, dando passos para o que chamamos de transdisciplinaridade, entendendo, portanto, o intercâmbio e as articulações na construção de um conhecimento presente no seio das interligações do sujeito-objeto-ambiente.

Baseado em De Certeau, (2005, p. 14-15) a perspectiva da pesquisa é uma “operação histórica, que se refere à combinação de um lugar social, de práticas “científicas” e de uma escrita”. Dai a necessidade de estudar também o cotidiano através do discurso histórico, mas de uma maneira deslocada em relação à realidade passada. Bosi (1996), também lembra que a base propulsora, é o sujeito narrador que reconstrói suas lembranças, refaz seu passado e re-projeta seu presente e seu futuro, ressignificando concepções e reformulando crenças. Também De Certeau (2005), afirma que a memória, pode produzir alterações e subverte, situações já estabilizadas.

Assim, com enfoques metodológicos, que buscam o passado, mas também se preocupam com o presente do cotidiano, esse artigo fundamentou suas evidências num estudo de caso aplicado, descritivo de cunho qualitativo e quantitativo, evidenciado com técnicas de pesquisa bibliográfica, questionários e observação participante. É possível afirmar que, o processo pelo qual passa a sociedade, também passa a história, portanto, se situam como um ponto reflexivo desse artigo. O contexto, desse modelo teórico metodológico, considerou os objetivos propostos e os imaginários sociais, que foram narrados. As narrativas observadas foram produzidas pela compreensão do contexto sócio-histórico cultural, numa perspectiva transdisciplinar.

Dessa forma, o artigo divide-se nas seguintes seções: uma evolução parcial histórica da concepção do trabalho e seu processo de transformação até os dias atuais; os sentidos do trabalho; busca ainda bases teóricas sobre economia solidária, políticas sociais e inovação; e por último destaca a análise dos dados de um estudo de caso de um empreendimento cujos, projetos terapêuticos de inclusão vêm contemplando uma



diversidade de procedimentos para o trabalho, de atuação inovadora que reúne processos interdisciplinares, e envolve o resgate do cidadão a partir dos conceitos de economia solidária.

O TRABALHO E SUAS TRANSFORMAÇÕES

Na evolução histórica, segundo Carmo (2005) a palavra “trabalho”, tem origem controversa, significando algo penoso, considerando um esforço de sobrevivência, que se transformou ao longo do tempo em uma ação produtiva ou ocupação, sendo para muitos, algo gratificante em termos existenciais. O trabalho não merecia a atenção que lhe damos hoje. Ou seja, era “uma atividade menor, apenas para suprir as carências físicas” (CARMO, 2005, p. 24), e também a sobrevivência da família.

Teoricamente Max Weber, declarava, segundo Carmo (2005, p. 38) que “[...] a ascensão da economia capitalista tem como base a ideia de predestinação de alguns para o êxito na atividade profissional”. Assim, a conduta racional, os valores morais estavam de encontro do capitalismo emergente da época, pois Weber procurou comprovar a existência de uma afinidade entre os ideais protestantes de “vocação” e a compulsão para o lucro. Weber entendeu, que o fenômeno da racionalidade era fundamental para a compreensão do mundo moderno e em seu texto “A profissão e a vocação do homem político” expressou o dilema ético, presente em toda a sua construção teórica, conforme Ferreira (2001).

Já a teoria marxista, criticou o modelo de exploração do capitalismo, que vê a força de trabalho apenas como mercadoria. Marx destacou que só o trabalho gerava riqueza, e quem a produzia não tinha direitos, portanto, a história do homem consolidou-se na história da luta de classes, dos interesses opostos, subjacentes a toda relação social, segundo Carmo (2005). A alta centralidade das atividades laborais na vida das pessoas, como autoconstrução do ser humano, surge nesta concepção histórica. Carmo (2005) afirma que o trabalho foi, na realidade, o personagem central na teoria marxista, assegurando o objetivo de uma revolução socialista, não apenas com a emancipação da classe trabalhadora, mas com a libertação do homem em relação ao trabalho alienante e explorador. Essas referências oportunizam o entendimento entre homens, o sentido e o valor do trabalho.

O surgimento de uma nova concepção produtivista, notadamente no início do século XX é conceituado por Frederik W. Taylor, cuja corrente de pensamento passou a ser designada “taylorismo”. Nesta concepção Drucker (1997) lembra que o trabalho é uma



tarefa, que possui uma lógica, precedida de uma análise, determinando-lhe o processo, suas fases e por fim o seu controle. O taylorismo permitiu o aumento da produtividade no trabalho, evitou o desperdício de tempo, economizando mão-de-obra, suprimindo gastos desnecessários, criando a racionalização, a mecanização, baseado na separação dos aspectos intelectuais e manuais do trabalhador. Assim, o ser humano trabalhava não porque gostava, mas sim pelas recompensas econômicas.

Henry Ford seguiu a trilha já aberta, conforme Antunes (1999) criando a linha de montagem para a fabricação em massa de automóveis. Trabalho estruturado, parcial e fragmentado baseado na divisão de tarefas, onde a atividade laboral se reduziu a ação repetitiva, elevando o grau de mecanização no trabalho, reduzindo autonomia, conforme Araujo, Taegtow (2008). Ambos os modelos taylorista e fordista de produção foram eficientes por décadas, porém o esgotamento desses métodos gerou outras facetas como oneofordismo, o pós-fordismo, o toyotismo (das indústrias Toyota), a especialização flexível, os círculos de controle de qualidade, etc., e a revalorização da força de trabalho para evitar a crise da produção.

Nas transformações do mundo do trabalho contemporâneo Antunes (1999, p. 190) ressalta, que essas transformações causadas pelo avanço tecnológico, pelas formas de acumulação flexível e pelos modelos alternativos ao binômio citado, introduziram técnicas, e máquinas que mudaram rapidamente a produção, criaram um modelo de composto por automatização, *just-in-time*, trabalho em equipe, flexibilização da mão de obra, gestão participativa, e mais controle de qualidade. O trabalho em equipe ficou estratégico e a racionalização tornou o trabalhador responsável não diminuindo o trabalho, mas sim, os trabalhadores, segundo Araujo; Taegtow (2008).

Essas concepções teóricas marcam o trabalho como sendo fundamental na consciência do ser humano, desde os tempos mais remotos. A valorização do capital, a difusão das tecnologias, a reestruturação das organizações, bem como, as relações de trabalho, e a própria concorrência globalizada, são marcos das transformações nos últimos anos. Esse entendimento novo, conforme Morin (2001, p. 14) é decorrente do “[...] desafio da globalidade, que é também um desafio de complexidade” destacando que a configuração do mundo do trabalho é cada vez mais transnacional, e a ação dos trabalhadores deve ser cada vez mais complexa, mesclando sua dimensão local, regional, nacional com a esfera internacional. Bauman (1999) destaca, nesse sentido, que está acontecendo a todos nós. A ideia de “globalização” refere-se explicitamente às “forças anônimas” (BAUMAN, 1999, p. 68).



O surgimento de novas concepções de trabalho tem dado lugar a formas mais desregulamentadas, reduzindo os trabalhos estáveis e formais. Uma economia, quase sem trabalhadores à vista, poderia significar uma sentença de morte para todos. Uma verdadeira transformação social. Estas reflexões demonstram que a qualidade do trabalho no mundo continua sendo fundamental, na medida em que, além de satisfazer as suas necessidades materiais e suas carências, destacam outros sentidos, principalmente porque oferece uma identidade ao trabalhador. Para Drucker (1997, p. 294) “o trabalho é uma extensão da personalidade, dá finalidade a condição humana”. Também Estelle Morin (2001, p. 9), concebe que a organização do trabalho “deve oferecer aos trabalhadores a possibilidade de realizar algo que tenha sentido, de praticar e de desenvolver suas competências, de exercer seus julgamentos e seu livre arbítrio, de conhecer a evolução de seus desempenhos e de se ajustar”.

Dejours (1997), afirma que um trabalho especializado de empresa, choca-se diretamente com a vida mental e com a esfera das realizações, das motivações e dos desejos do indivíduo, levando-o à perda do sentido, de suas realizações e vai contra os desejos e suas necessidades. Quando o sentido do trabalho é algo penoso, causa mal estar, podem ocorrer patologias sociais, que se alastram coletivamente, promovendo adoecimento individual. Portanto, as formas de organização do trabalho, em relação às realizações do trabalhador estão diretamente ligadas a sua própria estrutura e seu próprio sistema de normas, que define o seu comportamento no meio em que se insere.

Kovács (apud FERREIRA 2002) destaca que a má notícia da organização do trabalho, está nas linhas hierárquicas, estruturas funcionais e piramidais, com mecanismos de controle e divisão do trabalho, que não permitem à motivação do empregado. Do atributo da cooperação depende, portanto, a qualidade do trabalho, a confiabilidade e a segurança, a despeito das imperfeições irreduzíveis da organização do trabalho prescrito e dos limites dos desempenhos humanos. A necessidade da construção de uma nova forma de realização, em uma vida autêntica e dotada de sentido, dentro e fora do trabalho, recoloca, o século XXI, no atendimento das efetivas necessidades humanas e sociais. Um trabalho, com sentido torna-se uma referência “trans” disciplinar importante na vida do ser humano.

Essa perspectiva, também se encontra no paradigma do pensamento complexo que baseado em Edgar Morin (2001) propõe a transdisciplinariedade como um novo método educacional, capaz de romper com a reprodução do conhecimento fragmentado e que necessita para autoproduzir a ciência e a história contemporânea. Torna-se claro a complexidade de compreender o paradigma, tanto de realizar um trabalho que tenha



sentido, como para proporcionar reflexões, sobre o sentido do trabalho para quem o realiza no mundo atual.

OS SENTIDOS DO TRABALHO

Estudos realizados sobre os sentidos do trabalho enfatizaram um grupo “Meaning of Work” – MOW (1987), que foi estudado por Estelle Morin (2001), cujos instrumentos para medir os componentes do significado do trabalho basearam-se no modelo de Hackman e Oldham (1976, apud MORIN, 2001) que ressaltaram uma distinção entre significado e sentidos do trabalho. Nos seus conceitos o significado do trabalho tem representação no caráter individual, uma identificação do resultado, da tarefa, cujo sentimento de pertencimento contribui para a sociedade. O sentido do trabalho vai além do significado individual, e coletivo do trabalho, a autorrealização e a satisfação, o sentimento de desenvolvimento, evolução pessoal, profissional, liberdade e autonomia para a execução das tarefas. Para Estelle Morin (2001), conforme a visão de cada indivíduo, o trabalho é definido de várias maneiras. E, para apresentar as diferentes definições, a pesquisa do grupo MOW destacou seis padrões de definição de trabalho:

- Padrão A: o trabalho é algo que acrescenta valor a qualquer coisa; deve-se prestar conta; recebe-se alguma compensação financeira para fazê-lo;
- Padrão B: há um sentimento de vinculação (pertença) ao realizar o trabalho; faz parte das tarefas do indivíduo; recebe-se alguma compensação financeira para fazê-lo e contribui para a sociedade;
- Padrão C: outros se beneficiam com este trabalho; é fisicamente exigente; recebe-se alguma compensação financeira para fazê-lo; contribui para a sociedade;
- Padrão D: alguém determina o que fazer, não é agradável; faz parte das tarefas do indivíduo; recebe-se alguma compensação financeira para fazê-lo; contribui para a sociedade;
- Padrão E: o trabalho é mental e fisicamente exigente; recebe-se alguma compensação financeira para fazê-lo, mas não é agradável;
- Padrão F: o trabalho tem um horário determinado para sua realização; faz parte das tarefas do indivíduo; recebe-se alguma compensação financeira para fazê-lo (MORIN, E., 2001, p.10).

Reconhecer esses conceitos e o desafio de compreender a complexidade humana em situações de trabalho exige, refletir sobre uma sensibilidade constantemente presente nas vivências do cotidiano. Essa abordagem foi chamada de sociotécnica, onde se percebem de fato, o trabalho de acordo com as motivações, aspirações e realizações, dos trabalhadores, para dar sentido ao trabalho, segundo uma variedade de competências, identidades, capacidades de permitir a realização de algo, com um resultado tangível,

identificável, que oferece impacto significativo sobre o bem-estar e o ambiente social (MORIN, E., 2001, p. 10).

O modelo destacou a autonomia, na realização de um trabalho com uma margem de liberdade, de independência, e a maneira de como realizá-lo. Desta forma o indivíduo traz consigo, a responsabilidade pela realização da tarefa e obtenção dos objetivos fixados. Outra característica foi a capacidade do indivíduo realizar suas tarefas a partir da obtenção direta de seu desempenho, é o feedback, permitindo que seja feito os ajustes necessários para o alcance dos objetivos de desempenho. Uma vida dotada de sentido, no ambiente de trabalho, para Antunes (1999), “significa que o indivíduo tenha liberdade, autonomia e o domínio efetivo do ato laborativo, demonstrando a condição de ser livre e assim. também dotado de sentido” (ANTUNES, 1999, p. 144).

Antunes (1999, p. 175) afirma ainda, que “[...] uma vida cheia de sentido fora do trabalho supõe uma vida dotada de sentido dentro do trabalho. Não é possível compatibilizar trabalho assalariado, fetichizado e estranhado com tempo livre”. Estelle Morin (2001) também ressalta a importância que o trabalho conserva na sociedade contemporânea, pois, realizando uma atividade (trabalho), o homem se transforma, e se autoprozua ao se relacionar com os outros homens, estabelecendo assim as bases das relações sociais.

Inspirada nas pesquisas do grupo MOW (1987), Estelle Morin (2001) apresenta uma síntese das características do trabalho e princípios de uma organização. Para que um trabalho seja satisfatório, é necessário que o funcionário se utilize das suas competências, que tenha a oportunidade de testar as suas capacidades, com o objetivo de estimular as necessidades de crescimento pessoal e seu senso de responsabilidade. “O sentido de utilidade, o de aceitar e assumir inteira responsabilidade por algo, no conjunto das ocupações” deriva do processo de atribuir significado, através de sua formação psicológica e social (ZARIFIAN, 2001, p.123). Segue as características de um trabalho que tem sentido.

Trabalho com sentido	Características	Princípios da organização
É realizado de forma eficiente e leva a um resultado específico.	Finalidade e Eficiência	Clareza e importância dos objetivos. Utilidade, valor dos resultados.
É intrinsecamente satisfatório.	Aprendizagem e desenvolvimento das competências. Realização e atualização. Criatividade e autonomia. Responsabilidade.	Correspondência entre as exigências do trabalho e as competências da pessoa. Desafios e ideias. Margem de manobra sobre a administração das atividades e

		resoluções dos problemas.
É moralmente aceitável.	Retidão das práticas sociais e organizacionais, contribuição social.	Regras do dever e do saber viver em sociedade, valores morais, éticos e espirituais.
É fonte de experiências. De relações humanas satisfatórias.	Afiliação e vinculação, Serviços aos outros.	Trabalho em equipe, Relação do tipo cliente-fornecedor.
Garante a segurança e a autonomia, Mantém ocupado.	Independência financeira, Saúde e segurança, Ocupação.	Salário apropriado e justo, Boas condições de trabalho, Carga de trabalho adequada.

Quadro 1: Características de um trabalho que tem um sentido.

Fonte: MORIN, E. , 2001, p. 12.

O sentido do trabalho está na realização do ser em sua atividade profissional, indiferente de salário, posição hierárquica ou profissão. O sentido do trabalho é compreendido e conduzido com diferentes variáveis pessoais, organizacionais e sociais que se transformam continuamente ao longo do crescimento humano, das inovações das empresas e da evolução histórica.

ECONOMIA SOLIDÁRIA: POLÍTICAS SOCIAIS E SOLUÇÕES DE INOVAÇÃO PARA UM MELHOR SENTIDO DO TRABALHO

A noção de Economia Solidária, conforme Azambuja (2009) se identifica com um potencial para resolução dos problemas gerados na sociedade capitalista, pois é uma alternativa ao trabalho e renda e, na atual economia gera uma força transformadora. O autor destaca a visão de Jean-Louis Laville (2004) que pensa “a economia mercantil, economia não mercantil e economia não monetária” (LAVILLE apud AZAMBUJA, 2009, p. 288) e de Mance (1999), cujo “potencial estaria na noção de colaboração solidária como estratégia para sociedade capitalista” (MANCE apud AZAMBUJA, 2009, p 290) .

Assim, a implantação de redes de economia solidária, conforme Azambuja (2009, p. 290) “conectam unidades de produção e de consumo, em um movimento recíproco de realimentação, permitindo a geração de emprego e renda, o fortalecimento da economia e do poder locais, bem como, uma transformação cultural das sociedades”. Complementando, para Singer (2000), o grande potencial transformador da Economia Solidária seguiria outra dinâmica, ou seja, não diferente, mas com foco autogestionário onde os valores ideológicos dos trabalhadores, também estariam presentes. Nesse sentido,



[...], através das relações entre consumidores e produtores surgiriam redes que visariam à satisfação das necessidades e à geração de trabalho e renda dos seus participantes. É a partir deste “circulo virtuoso” de consumo e produção que surge, junto à sociedade capitalista, uma nova forma de organização social e econômica que, à medida que aumentam suas dimensões, substituiria o capitalismo (AZAMBUJA, 2009, p. 290).

É, portanto o circulo virtuoso, que iria Introduzir produtos no mercado significando concentrações de produção e de inovação chamadas de “novas combinações” que são enfatizadas por Castells (2002) e Schumpeter (1997) na economia. Ou seja, provenientes do comportamento inovador da receptividade e engajamento e do suporte em relação a novas ideias, que visem o surgimento de novos produtos e serviços, bem como, à criação de novas tecnologias de processos. Em outras palavras, trata-se da manifestação da vontade do indivíduo em empreender e introduzir novidades por meio da experimentação e de processos criativos com objetivo de desenvolver novos produtos, serviços ou processos.

No entanto, novas combinações desenvolvem-se de forma seletiva, cumulativa, direcionada e irreversível. Por seletivo, entende-se que as inovações estariam vinculadas ao conceito de paradigma tecnológico e condicionado a uma trajetória semelhante; já por cumulativo se descreve que os avanços atuais serviriam de base para o futuro. Por combinações direcionadas descreve-se que as escolhas tecnológicas estariam vinculadas a um desenvolvimento; e por fim as combinações irreversíveis são a criação de novas inovações favorecendo uma descontinuidade que não voltariam ao seu estado anterior. A inovação, também está associada às economias de localização, vinculado a setores de uma região.

A capacidade para inovar pode ser tanto, uma resposta dos agentes econômicos a mudanças ocorridas no ambiente, ou seja, nas forças de mercado, como principal mecanismo incentivador e orientador da natureza das mudanças, quanto uma resposta da lógica do capital. Em outras palavras, a evolução dos conhecimentos científicos constituiria na força motriz básica, que resultaria na introdução de inovações na atividade produtiva (DOSI, 1982). Assim, a extensão das mudanças pode incluir desde inovações simples em produtos e práticas existentes, como também inovações incrementais, inovações radicais, ou ainda, mudanças no sistema tecnológico. O importante é lembrar que as inovações são o resultado da melhoria contínua em produtos, que oportunizam mudanças estruturais, representando resultados da união de novas formas de organizações.



O trabalho que sempre foi central na vida das pessoas oferece de um lado, o desenvolvimento da atividade psíquica e social e de outro, os contextos nos quais ele se insere caracterizando condições e desenvolvimento profissional. Porém, Tamayo (2004) lembra da necessidade de assegurar a saúde e evitar o adoecimento em uma perspectiva de entender as inúmeras doenças ocupacionais. O trabalho pode ser fonte de prazer ou de sofrimento e são necessários estudos que colaborem no sentido de surgirem estratégias defensivas adequadas (coletivas e individuais), além da dinâmica do trabalho e dos processos. Toda essa luta e práticas substitutivas desenvolvidas desde os anos 80, do modelo aprovado para o Sistema Único de Saúde (SUS), conforme descreve, Junior (2002), lembra da não incorporação a atenção à saúde mental, o que vai possibilitar o recrudescimento dos modelos substitutivos e o crescimento dos hospitais psiquiátricos privados.

Portanto, para análise deste tema, o presente artigo procura mostrar que as discussões sobre o ato de inovar são consideradas fatores preponderantes para desenvolver empreendimentos que ofereçam novos produtos ou processos baseados na aplicação de conhecimentos científicos e novos saberes, forma esta compreendida atualmente. Para tanto, foi evidenciada a inserção dos conceitos de trabalho e de inovação nas atividades de uma Oficina Terapêutica de Geração de Renda, que representa um empreendimento incubado no município de Novo Hamburgo levando em consideração as evidências do complexo sistema capitalista.

EVIDÊNCIAS DE ECONOMIA SOLIDÁRIA: FORMANDO E INCLUINDO CIDADÃOS

Reconhecer o desafio de compreender a complexidade humana em situações de trabalho exige refletir uma sensibilidade constantemente aberta a observações, pesquisas e vivências do cotidiano, quanto a inovações das organizações. Por qualificação e competência entende-se, atualmente, o saber-ser, o saber-viver e outros saberes sociais. Conforme Stroobants (1998) *apud* Desaulniers (1998), qualificação mostra esse saber-fazer dos trabalhadores, o domínio, a competência, perícia, *knowhow*, e estas regras vêm repercutindo nas organizações. Conforme a autora, as competências, os novos saberes, não são diretamente produzidos pelas transformações da organização do trabalho, mas sim representam o “fruto de um novo interesse, de uma renovação dos critérios de definição da atividade de trabalho” pelos trabalhadores.



Uma vida dotada de sentido, no ambiente de trabalho, para Antunes (1999), significa que o indivíduo tenha liberdade. A plena autonomia e o domínio efetivo do ato laborativo, demonstra a condição de ser livre e assim, também dotado de sentido. A partir do trabalho é possível “explorar as conexões decisivas existentes” (ANTUNES, 1999, p. 144). Assim entre trabalho e liberdade o ser humano tem idealizado, sua consciência, sua realização, ressaltando o sentimento de liberdade.

Antunes (1999, p. 151) nos reafirma que, sem finalidade, nenhum trabalho, “é entendido como resposta à vida cotidiana, aos seus questionamentos e necessidades”. A realização e a autonomia em conformidade com as aspirações mais autênticas, em que liberdade e necessidades se realizem reciprocamente, são as mais procuradas. De fato, hoje as Incubadoras Universitárias incentivam a geração de empresas, além de novas frentes de trabalho, para garantir a continuidade de um processo inovativo. A participação das incubadoras por regiões caracterizam as organizações e os serviços, que vem acontecendo, por exemplo, junto ao empreendimento Oficina Terapêutica de Geração de Renda, que faz parte do Departamento de Saúde Mental – DSM, remetido à Gestão da Fundação de Saúde Pública de Novo Hamburgo.

Os Centros de Atenção Psicossocial - CAPS, também vinculados ao DSM, segundo Ministério da Saúde (BRASIL, 2005) são instituições destinadas a acolher os pacientes com transtornos mentais; estimulando sua integração social e familiar; apoiando iniciativas na busca da autonomia, oferecendo atendimento médico e psicológico. Tem como característica a busca e a integração a um ambiente social, cultural, onde será possível desenvolver uma vida cotidiana junto aos seus familiares. Decorrente da reforma psiquiátrica, a construção desses centros desde 1986, com seu aparecimento na cidade de São Paulo, vem oportunizando a substituição de um modelo hospitalocêntrico para um atendimento assistencial e consolida e se fortalece através de um movimento, que busca alternativas para as precárias situações dos hospitais psiquiátricos.

Também a própria Constituição Federal de 1988 (CF88) inaugurou um novo momento político-institucional, quando definiu uma política de proteção social a saúde de forma abrangente, onde o direito social de cidadania assegurar a nova ordem social, de bem-estar e a justiça sociais segundo Baptista; Machado; Lima (2009). Mas, a trajetória das políticas sociais no Brasil revelam suas limitações, e exigem o enfrentamento de distorções estruturais do sistema de saúde e de superação do grave quadro de desigualdades.

Os CAPS atualmente dispõem de recursos profissionais, infraestruturais, econômicos, culturais e sociais assumindo um papel estratégico na comunidade



direcionando os usuários com comprometimento psíquico a uma construção da autonomia. Como um dispositivo terapêutico para os usuários vem sendo efetuada de forma articulada com as equipes de saúde mental, a inclusão de atividades de geração de renda, somando as contribuições técnicas das incubadoras universitárias, as iniciativas dos familiares e dos usuários e o território onde se situam.

As atividades terapêuticas se caracterizam de forma ampliada, revelando outras realidades, modelos, relações, singularidades, etc., conforme o relatório Ministério da Saúde (2004) é desenvolvido em pequenos grupos, segundo os variados recursos e atendimentos, envolvem oficinas expressivas, geradoras de renda, de alfabetização, culturais, esportivas, de suporte social, de leitura e debate, de confecção, de grupo de autogestão, etc.

As Oficinas Terapêuticas são caracterizadas nos CAPS, por fazer parte do tratamento da crise, oferecendo oportunidades de expressão, autoconhecimento, psicoeducação. São em grupo e escolhidas conforme o desejo dos usuários de acordo com seu estado emocional. Os trabalhos desenvolvidos são resultados de um processo de tratamento que envolve terapeuta, atividade e paciente, não possuindo fins lucrativos.

Já as Oficinas Geradoras de Renda (OGR) se caracterizam por trabalhar com a preparação do usuário ao retorno ou inclusão no mercado de trabalho. Essas se preocupam com a ressignificação da atividade trabalho na vida do sujeito, enquanto oportunidade de ser e existir no mundo social. A reflexão sobre os tipos de trabalho, seu desejo atual, necessidades de trabalhar e as oportunidades oferecidas, são temas abordadas nos grupos. Enquanto evidência de pesquisa, o início das atividades foi novembro de 1998 dentro da Casa de Saúde Mental, no Centro do município. Naquele momento realizava oficinas de produção de papel reciclado e atuava com loja de fotocópias, porém com a evolução no desenvolvimento do trabalho, a OGR conquistou um espaço mais significativo, tanto físico, quanto de relevância e visibilidade do serviço baseado nas políticas de economia solidária.

PERFIL DO ATENDIMENTO DA OFICINA DE GERAÇÃO DE RENDA

Atualmente a equipe interdisciplinar envolve profissionais como Assistente Social, Terapeuta Ocupacional, Técnica de Enfermagem, Oficineiras, Auxiliar Administrativo e Auxiliar de Higienização atuando com parceira inédita entre os Ministérios da Saúde e do Trabalho e Emprego (Secretaria Nacional de Economia Solidária - SENAES) permitindo inclusive a criação de uma política de incentivo técnico e financeiro, para as iniciativas de



Geração de Renda. Essas medidas ampliam e fortalecem o acesso ao trabalho e a renda, transformando a antiga noção de trabalho, por novas concepções de compreensão do mesmo. Portanto, o marco referencial da Economia Solidária propicia um caminho mais promissor para os embates práticos e teóricos desse novo campo.

As concepções Filosóficas demonstraram a inovação que se desejou apresentar, com uma tecnologia social de reinserção através do trabalho, potencializando ações na perspectivada Economia Solidária. Os empreendimentos criam novos produtos e processos baseados na aplicação de conhecimentos científicos adquiridos. Os resultados significativos podem demonstrar diminuição das internações hospitalares psiquiátricas, aderência satisfatória no tratamento, participação dos familiares e da comunidade, troca e aprendizado mútuo de saberes e habilidades, estímulo material, retorno ao trabalho, participação em eventos externos; como feiras de artesanato, eventos culturais e de lazer.

O reconhecimento e aceitação dos produtos confeccionados manualmente na OGR, com produtos reciclados, por sua qualidade, reaproveitamento de materiais, características ecológicas e artesanais, e valor agregado, são bem aceitos pela comunidade. A gestão administrativa é coordenada por um profissional com nível superior completo, do quadro funcional do DSM (Departamento de Saúde Mental). A estrutura organizacional funciona semanalmente de segunda a sexta-feira, no horário das 08h às 17h. Envolve uma rotina de reuniões diárias de equipe, seminários (quinzenais), reuniões com a Rede, Interconsulta (agendadas, conforme demanda), reuniões do Departamento de Saúde Mental, do Fórum Macrometropolitano de Saúde Mental, do Macrometropolitano que trabalham com as Oficinas de Geração de Renda, o Fórum de Economia Solidária do município de Novo Hamburgo. Os acolhimentos, visitas domiciliares, acompanhamentos terapêuticos, participação em espaços de comercialização dos produtos, assim como, os atendimentos individuais pelo terapeuta de referência de cada usuário e o plano terapêutico de trabalho coletivo e individualizado também são relevantes no trabalho desenvolvido na OGR.

A rotina de atendimento junto aos usuários conta com grupos de trabalho que envolve reuniões quinzenais e semanais, grupo de autogestão, grupo de vendas, grupo de práticas de alfabetização e oficinas de produção de velas, costura, pintura, papel reciclado e serigrafia. A comercialização acontece em diferentes espaços de forma coletiva e individual pelos próprios usuários da OGR. São alguns deles: a Casa do Artesão, as feiras nas Universidades, Praças e eventos diversos do município (Seminários, Feira do Livro) e região. Atualmente as atividades são desenvolvidas de segunda a sexta-feira e eventualmente nos finais de semana.



O PERFIL DO TRABALHADOR USUÁRIO

Foi identificado para perfil sócio econômico, uma pequena amostra de trabalhadores usuários das oficinas terapêuticas de geração de renda, cujo acompanhamento também era feito pelo projeto da universidade de Economia Solidaria no período de novembro de 2011. Assim dos pesquisados obteve-se que 50% era do sexo masculino e 50% do sexo feminino. Em relação à idade percebeu-se que 57% das pessoas estavam na faixa acima de 45 anos sendo sua procedência decorrente de 50% da cidade de Novo Hamburgo, enquanto a outra metade do interior. Dos pesquisados, 40% são solteiros, 40% casadas e 20% são viúvos, tendo seu grau de escolaridade, 50% da amostra até o ensino fundamental (antiga 5ª série), sendo 37,5% trabalhadores usuários chegaram a entrar no ensino médio, 12,5% da amostra não se alfabetizou.

Participaram de cursos diversos, 90%, deles estão vinculados a costura, recortes de couro, informática, recepcionista, além de outros oferecidos. Todos os usuários trabalhadores possuem CPF, RG, cartão benefício, título de leitor, e cartão SUS e 100% dos pesquisados moram com a família.

Nos aspectos relacionados à família e residência, coletou-se que 50% da amostra estão vinculados a um grupo familiar mediano (3 pessoas), e 37,5% com grupo grande (moram com 4 ou 5 pessoas), e apenas 1 trabalhador usuário mora com 1 pessoa, representando 12,5%. Dentre o grupo pesquisado 75% residem em casa de material e o demais em casa de madeira; sendo 100% da amostra com casas de quatro a cinco peças e todas 100%, apresentam banheiro, água encanada, esgoto e luz elétrica.

A amostra identificou a renda familiar de 50% das pessoas em torno de dois salários mínimos, e 37,5% em torno de três salários mínimos; sendo que apenas 1 pessoa ou 12,5% da amostra conta com apenas um salário mínimo regional, destacando que as relações familiares para 90% pesquisados é ótima e boa e apenas 10% destacou que é ruim.

Relacionado à renda individual e do trabalho percebeu-se que 100% do grupo pesquisado recebem benefício e não estão trabalhando formalmente, mas encontram-se inseridos junto as oficina de Geração de Renda como forma de profissionalização. Identificou-se ainda que 90% pessoas da amostra já tiveram chefe ou patrão, carteira assinada e também já receberam salário, sendo que 75% da amostra destacou o interesse em voltar ao mercado de trabalho.



Sobre Aspectos de locomoção e lazer 100% dos entrevistados utilizam ônibus, para se locomover na cidade, sem dificuldades e suas opções de lazer destacadas foram: passeio e televisão por 50% da amostra; dormir e descansar por 40% dos pesquisados; ouvir rádio, ler revistas e livros, ir ao cinema e festas por 40% das pessoas; costurar por 20% pessoas; desenvolver algum artesanato por 10% e praticar esportes por 10% da amostra. Estas questões forma de múltipla escolha representando um percentual maior.

Em relação à saúde, o grupo respondeu que frequenta Centro de Atenção Psicossocial - CAPS e Posto de Saúde, sendo 50% pessoas vão ao psicólogo e 50% também frequentam o psiquiatra, 10% necessitam de fisioterapia. Foi coletado que 50% dos pesquisados gostariam de fazer mais exercícios físicos e 30% não tem interesse nessa modalidade. Desses 50% destacaram a opção por alongamentos, jogos e exercícios acompanhados, e 1 pessoa escolheu corrida, ginástica elaborada e brincadeiras com bola. Dentre as pessoas pesquisadas 60% não sabem explicar o que é economia solidaria, mas sabem se expressar sobre a sua produção artesanal, e sobre os lucros retirados os demais tem interesse em receber mais informações.

A reabilitação psicossocial inclui cuidados de inserção social, respeitando as possibilidades individuais e os princípios de cidadania, de forma que, os protagonismos do usuário minimizem seu estigma, promovam oportunidades, interação, favoreçam vínculos, saberes e demais práticas decorrentes. Assim, as oficinas voltadas à geração de renda têm por objetivo primeiro, a preparação para inserção do trabalho no mercado formal e atualmente a inserção também no mercado informal, pois ajudam na reabilitação dos pacientes inserindo-os novamente no mundo social. Tem um cunho na descoberta de habilidades, junto a diferentes trabalhadores, para que eles iniciem seu processo de crescimento e mobilidade social de forma prática e autônoma.

Amarante (2009) já dizia que a proposta atual das oficinas sugere estratégias, que buscam inserção, a partir de métodos que capacitam os usuários a criar, produzir e vender os produtos que desenvolvem desvinculando-se do trabalho explorador; das pressões diárias exercidas aos trabalhadores comuns, como carga horária, relações de poder, conflitos de interesse, relações de trabalho, brigas com gerências e salários baixos. Busca-se, portanto, garantias e direitos, através de um modelo de geração de renda associada à produção e comercialização, também conhecida como Economia Solidária. Entende-se por esse conceito, um modo específico de organização de atividades econômicas, que se caracteriza pela autogestão, ou seja, pela autonomia de cada unidade ou empreendimento e pela igualdade entre os seus membros. “A empresa solidária nega a separação entre trabalho e posse dos meios de produção, que é



reconhecidamente na base do capitalismo. [...] a empresa solidária é basicamente de trabalhadores” (SINGER, 2000, p. 04).

São muitas as experiências brasileiras de geração de renda, cooperativas, trabalho protegido entre outras, que se articula com a rede de atenção psicossocial em inúmeros municípios, conforme Amarante (2009). A primeira observação é de que o movimento é de inclusão social, não apenas como um esforço coletivo de mudança do modelo assistencial, de substituição dos hospitais tradicionais por uma rede comunitária de atenção em saúde mental, mas um modelo, de concepção, da reforma, à capacitação de recursos humanos, ou seja, a todos os ingredientes da constituição e sustentação de uma política pública; o respeito à mudança de conceitos, à mudança do imaginário social, da construção de um novo lugar social, diferente dos espaços de segregação individual e institucional.

CONCLUSÃO

A institucionalização que produzia a redução da autonomia, que via nos institucionalizados apenas aquilo que eles tinham perdido de produtividade e de potência criativa demonstrava um modelo único onde o empregado era tido unicamente como propriedade do empregador, era separado das forças produtivas, que utilizava, criando condições propícias para o adoecimento coletivo. Uma das grandes dificuldades é incluir. Assim, refletir sobre esses problemas sociais, é uma tendência que predomina, e provoca uma nova aprendizagem onde a reabilitação psicossocial, aliada a Economia Solidária tem o eixo prioritário de promover ações em saúde, trabalho, educação e inclusão, através da troca de experiências e construção de conhecimentos entre os grupos e a sociedade. Ou seja, integrar pessoas, que buscam novas possibilidades é lembrar que o trabalho é uma extensão da personalidade, dá finalidade à condição humana.

Estelle Morin (2001) pontua que a possibilidade de realizar algo que tenha sentido, de praticar e de desenvolver suas competências, de exercer seus julgamentos e seu livre arbítrio, de conhecer a evolução de seus desempenhos e de se ajustar, compõe a esfera das realizações de todos os desejos do indivíduo. A economia solidária através do Programa de Inclusão Social pelo Trabalho das pessoas com transtornos mentais (BRASIL, 2005) permite um diálogo transdisciplinar já que combina aspectos que reforçam e refletem capacidades reais, condições externas, inspirada pelos valores éticos, morais e espirituais em um contexto de diversidade cultural e de promoção das liberdades individuais.



Todas essas ideias se complementam. A autora Estelle Morin (2001) conclui, para que um trabalho tenha sentido, é importante ter os objetivos claros e valorizados, e ainda que os resultados tenham valor aos olhos de quem o realiza, para que seja satisfatório, é necessário que o trabalhador se utilize das suas competências, tenha a oportunidade de testar as suas capacidades, com o objetivo de estimular as necessidades de crescimento pessoal e de responsabilidade. Neste âmbito, o sentido do trabalho está na realização do ser em sua atividade profissional, indiferente de salário, posição hierárquica ou profissão.

Como componente da realidade, o sentido do trabalho é compreendido e conduzido com diferentes variáveis pessoais, organizacionais e sociais que se transformam continuamente ao longo do crescimento humano, das inovações e da evolução histórica. Esse é o grande desafio das políticas públicas também na área da saúde mental, através do Ministério da Saúde, de suas ações e leis é consolidar um novo modelo de atenção, decorrentes dos projetos que já estão implantados e que evitam a ênfase do tratamento hospitalar que desqualifica o sujeito com sofrimento psíquico.

O processo inovador da Oficina de Geração de Renda – OGR, cujos princípios de Economia Solidária aparecem como um fator determinante oportunizam a pesquisa e o conhecimento, que podem se difundir por toda economia, conforme o grau das condições de apropriabilidade, cumulatividade e de oportunidades para o incremento de práticas, técnicas e produtos reconstituindo a base do conhecimento inovador. Relembrando as informações efetuadas inicialmente destacam-se, que existe um novo conjunto de condições sociais, econômicas, políticas, tecnológicas e de inovação para compreender/explicar o mundo atual. A economia solidária e o desenvolvimento local são perspectivas, que têm aflorado novas possibilidades e novos desafios, confirmando a necessidade de novos estudos e abordagens sobre o tema.

REFERÊNCIAS

AZAMBUJA, L. R. (2009). “Os Valores da Economia Solidária”. In Revista Sociologias, no.21, Porto Alegre, Janeiro/Junho. Disponível em www.scielo.br/scielo.php?pid=S1517-45222009000100012...scielo. Acesso em junho de 2012.

AMARANTE, P. (2009). “Reforma Psiquiátrica e Epistemologia”. Caderno Brasileiro de Saúde Mental, Vol. 1, n°1, jan.-abr.



ARAÚJO, M. P.i; TAEGTOW, L. (2008) . “O sentido do trabalho como realização plena do ser humano”. Práxis: Revista do ICHLA - Instituto de Ciências Humanas, Letras e Artes, Novo Hamburgo, RS, v. 2, Ano 5 , p. 45-55, ago.

ANTUNES, R. (2002) Adeus ao Trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 8ª ed. São Paulo: Cortez.

_____.(1999) Os Sentidos do Trabalho. 5ª ed. São Paulo: Boitempo.

BAUMAN, Z. (1999) *Globalização: As consequências humanas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

BAPTISTA T. W. DE F.; MACHADO, C.V. ; LIMA, L. D. D. (2009). “ Responsabilidade do Estado e direito à saúde no Brasil: um balanço da atuação dos Poderes”. In Ciência e saúde coletiva, vol.14, no.3, Rio de Janeiro, Maio/Junho. Disponível em: www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413. Acesso em junho de 2012.

BRASIL. (2005) Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. Saúde mental e economia solidária: inclusão social pelo trabalho / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Ações Programáticas e Estratégicas. – Brasília: Editora do Ministério da Saúde.134 p. – (Série D. Reuniões e Conferências).

BRASIL. (1988) Constituição da República Federativa do Brasil. Disponível em: www.senado.gov.br/legislacao/const/. Acesso: julho de 2012.

BOSI, E.; CARPEAUX, O. M. (1996) Cultura de massa e cultura popular: leituras de operárias. 9. ed. Rio de Janeiro: Vozes.188 p. (Coleção Meios de Comunicação Social n.6). Série pesquisa.

CASTELLS, M.I (2002). A Sociedade em rede. São Paulo: Paz e Terra.

CARMO, P. S. do. (2005). A Ideologia do Trabalho. 2ª ed. São Paulo: Moderna.

CERTEAU, M. de; GIARD, L.; MAYOL, P. (2005). A Invenção do cotidiano. 11. ed. Petrópolis, RJ: Vozes.

DEJOURS, C. (1992). A Loucura do Trabalho. 5ª ed. São Paulo: Cortez.

_____.(1997). O Fator Humano. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas.

DEMO, P. (2002). Complexidade e aprendizagem: a dinâmica não-linear do conhecimento. São Paulo: Atlas.

DESAULNIERS, J. B. R. (1988). Formação e Trabalho e Competência. Porto Alegre: EDIPUCRS.

DOSI, G. (1982).Technological paradigms and tencological trajectories: a suggest interpretation of the determinants and directions of technical change. Research Policy, Vol. 11, n.3.



DRUCKER, P. (1997). Fator Humano e Desempenho. 3ª ed. São Paulo: Pioneira.

FERREIRA, D. (2003). Manual de sociologia: dos clássicos à sociedade da informação. 2. ed. São Paulo, SP: Atlas.

JUNIOR O. G. (2002). “Hospital psiquiátrico: (re)afirmação da exclusão”. In Psicologia Social. vol.14 no.1 Belo Horizonte Janeiro/Junho. Disponível em: www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-71822002000100006.sci. Acesso em junho de 2012.

KOVÁCS, I. (2003). Qualificações e Ensino/ Formação na Era da Globalização. In: FERREIRA, Delson. Manual de sociologia: dos clássicos à sociedade da informação. 2. ed. São Paulo, SP: Atlas, 2003

MARTINS, F. M.; SILVA, J. M. da. (2000). Para Navegar no Século XXI: Tecnologias do imaginário e cibercultura. 2ªed. Porto Alegre: EDIPUCRS.

MARX, K. (1980). Teorias da Mais-Valia: Histórias críticas do pensamento econômico – livro 4 de “O Capital” / Karl Marx; trad. Reginaldo San’t Anna. – v. 3 São Paulo: DIEFEL.

MORIN, E. (2001). A Cabeça Bem-Feita. 4ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.

_____. (1989). O método. 2. ed. Mem Martins, Portugal: Europa-América. 4v. (Coleção biblioteca universitária).

MORIN, Estelle M. (2001). “Os Sentidos do Trabalho”. RAE – Revista de Administração de Empresas. São Paulo: FGV/ EAESP, v. 41, n 3, jul/ set. p. 8 – 19.

SINGER, P. (2000). Globalização e Desemprego: diagnóstico e alternativas. 4ª ed. São Paulo: Contexto, 2000.

SCHUMPETER, J. (1997). Teoria do desenvolvimento econômico: uma investigação sobre lucros, capital, crédito, juro e o ciclo econômico. São Paulo: Nova cultural.

TAMAYO, Á. (2004). Cultura e saúde nas organizações. Porto Alegre, RS: Artmed.

¹ É pós-doutora em Comunicação Social, cidadania e região na UMEP nas Cátedras UNESCO e Gestão de Cidades (2009/2010). Possui doutorado em Comunicação Social pela PUCRS (2004); mestrado em Serviço Social; especialização em Antropologia Social é Cientista Social; professora - pesquisadora da Universidade Feevale. Tem interesse nas Ciências Sociais, Pesquisa Social, Comunicação Social e Política, atuando nos seguintes temas: políticas públicas, governo eletrônico, responsabilidade social, organizações não governamentais, comunicação social, economia solidária, participação popular, discurso, antropologia, bem como, áreas correlatas multidisciplinares. Última publicação: ARAUJO, Margarete Panerai; RIBEIRO, Neusa M.B. (Org.) **Economia solidária: experiências na extensão universitária**. Novo Hamburgo, RS: Universidade Feevale, 2011 p. 123-140. E-mail: panerai@feevale.br.